

**O PROGRAMA RECONHECER DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS  
E O ESTADO GESTOR****Maiara Aparecida Alves<sup>1</sup>****Camila Alberto Vicente de Oliveira<sup>2</sup>, Maiza Aparecida de Oliveira Nicodemos<sup>3</sup>**<sup>1</sup>Universidade Federal de Jataí/ [maiaraalves@ufj.edu.br](mailto:maiaraalves@ufj.edu.br)<sup>2</sup>Universidade Federal de Jataí/ [camila.oliveira@ufj.edu.br](mailto:camila.oliveira@ufj.edu.br)<sup>3</sup>Universidade Federal de Jataí/ [maiza.oliveira@discente.ufj.edu.br](mailto:maiza.oliveira@discente.ufj.edu.br)**Resumo**

Nas últimas décadas tem havido uma ofensiva sobre a educação e a escola. Sob um diagnóstico de crise da escola dita tradicional, defende-se outros modelos de estrutura e funcionamento da escola e do trabalho docente com um discurso de modernização e eficiência. Considerando este contexto, este texto tem como objetivo: identificar e compreender o projeto de educação da Rede Estadual de Goiás entre 2011 e 2014. Metodologicamente, foi realizado um levantamento de documentos produzidos no recorte temporal citado em *sites* ligados a Secretaria Estadual de Educação. Foram identificados dois documentais centrais: Pacto pela Educação e Programa Reconhecer. A análise dos documentos revela que há consonância entre aquilo que fora defendido como necessidade de reforma da educação goiana e o apregoado pelos organismos internacionais. De forma indireta, os documentos apontam que a melhoria da educação seria decorrente de mudanças na gestão e avaliação externa e que o foco deveria ser na aprendizagem do estudante. Neste artigo, destaca-se o Programa Reconhecer que provocou efeitos na responsabilização do docente pelos resultados obtidos nas avaliações externas e bônus àqueles que atingiram metas. A pesquisa apontou para a adoção pela Rede Estadual Goiana de Educação aos princípios do estado gestor.

**Palavras-chave:** Estado Gestor. Programa Reconhecer. Rede Estadual de Educação de Goiás.

**Introdução**

O NUFOPE- Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Práticas Educativas - em atividade há 15 anos na Universidade Federal de Jataí (UFJ) – tem participado de pesquisas interinstitucionais envolvendo docentes, estudantes de graduação e pós-graduação e docentes das redes públicas e privadas de ensino, as quais tem como objeto os Conselhos (CME), os Planos Municipais de Educação (PME) e, mais recentemente, a nova gestão pública e seus efeitos sobre o trabalho docente.

A participação de estudantes de graduação tem sido decisiva nesses processos de pesquisa permitindo a ampliação do arcabouço documental, a consolidação de diferentes objetos de estudos em torno das propostas de pesquisa interinstitucional bem como tem contribuído para a formação de estudantes de licenciatura, especialmente do Curso de

Pedagogia.

Considerando este aspecto, este texto sintetiza resultados de duas pesquisas de iniciação científica realizadas no bojo do projeto de pesquisa interinstitucional “Nova Gestão Pública e Tecnologias Digitais na Educação Básica e Impactos no Trabalho Docente: uma abordagem internacional Brasil – Argentina e Portugal”, coordenado pela Profa. Fabiane Previtali – UFU – aprovado e financiado pela Chamada Universal MCTIC/CNPq 2021 e, localmente, ao projeto “Reordenamento da Rede Estadual de Educação de Goiás e os efeitos sobre a formação docente (2011- 2022)”.

Estes planos de trabalho de iniciação científica se inscreveram nestes estudos na medida em que contribuíram para levantar os documentos produzidos no mandato estadual compreendido entre 2011- 2014 (recorte deste plano) e identificar, nos principais documentos relacionados à educação estadual, elementos que conformam os princípios do estado gestor na gestão da educação em Goiás.

Diante disso, as pesquisas justificaram-se, pois puderam mapear a documentação do período, especialmente relacionadas à Educação estadual e cooperar para que ao final do período de realização da pesquisa à qual este plano se filia tenha sido produzido um mapeamento do reordenamento da Rede Estadual de Educação sob a égide da nova gestão pública.

Considerando estes aspectos, o presente artigo tem como objetivo: identificar e compreender o projeto de educação da Rede Estadual de Goiás entre 2011 e 2014 por meio da análise do Programa Reconhecer.

Para que este processo ocorra, foi necessário historicizar o contexto do exercício do mandato estadual entre 2011-2014 em Goiás e sua interlocução com o gerencialismo como modelo de governança; identificar os principais documentos produzidos pela Secretaria Estadual de Educação (ou por outros entes, mas que se referem à Educação) entre 2011-2014 e debater aqueles relacionados ao Programa Reconhecer.

O texto apresentará, na sequência, o percurso metodológico da pesquisa e os dados relativos aos documentos analisados no recorte temporal citado.

### **Percurso Metodológico da Pesquisa**

A fim de responder ao objetivo elencado, a pesquisa foi de cunho bibliográfico e documental por meio de uma análise qualitativa.

A pesquisa bibliográfica abrangeu a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos, entre outros, que possibilitam realizar um plano de leitura atenta e sistemática objetivando a fundamentação teórica e conceituação do estudo e o levantamento do estado do conhecimento acerca da temática.

A pesquisa documental, por sua vez, consistiu em selecionar, tratar, interpretar as informações em estado bruto, buscando extrair valores de documentos escritos existentes, documentos que não foram analisados e precisam ser considerados cientificamente autênticos.

A pesquisa documental se caracteriza como aquela que “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois (Marconi e Lakatos, 2003, p. 177).

A pesquisa documental a qual nos referimos foi realizada por meio do levantamento da documentação produzida pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás entre 2011-2014 ou por outras agências e entes estaduais desde que se referissem à educação pública.

O material foi coletado no *site* da Secretaria Estadual de Educação e por meio de teses e dissertações que envolveram a política educacional estadual no período citado.

O material coletado foi analisado à luz de uma perspectiva histórico-dialética buscando compreender, portanto, o reordenamento da Rede Estadual de Goiás entre 2011-2014 e as concepções subjacentes aos documentos analisados e a interface com o advento e o fortalecimento da chamada Nova Gestão Pública no Estado de Goiás.

### **O Programa Reconhecer: faceta do gerencialismo na Educação Goiana**

Ao discutirmos o gerencialismo como modelo de governança, é imprescindível retrocedermos à década de 1980.

Nesse período, observamos uma intensa pressão da sociedade pela realização de eleições diretas, que marcou o fim do regime militar no Brasil. As eleições diretas foram concretizadas em 1989, resultando na eleição de Fernando Afonso Collor de Mello como presidente. Ele havia prometido abrir as fronteiras do país para o comércio internacional, reduzir os impostos sobre importações e privatizar as empresas estatais, em atendimento aos interesses nacionais e internacionais. Além das pressões internas, o Brasil também enfrentou influências externas da Europa e dos Estados Unidos, que implementaram diversas reformas em resposta à crise do capital, culminando no surgimento do neoliberalismo (Chaves, 2020).

Segundo Chaves (2020), o neoliberalismo na prática significou a abertura irrestrita do mercado sem a intervenção do Estado, resultando na privatização de todas as empresas estatais para assegurar a predominância da iniciativa privada em todos os setores, promovendo um Estado mínimo e a autorregulação do mercado.

Foi nesse contexto que surgiu o conceito de estado gerencial, também conhecido como Nova Gestão Pública, originado na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na Nova Zelândia na década de 1980. Esse modelo visava descentralizar o poder do Estado, transferindo-o para agentes gerenciais. Dessa forma, o papel principal do Estado passou a ser o gerenciamento das políticas públicas, com uma redução significativa de sua intervenção e um aumento das responsabilidades da sociedade civil (Chaves, 2020).

No Brasil, a partir das mudanças ocasionadas pelas políticas neoliberais e gerenciais, intensificadas a partir de 1990, foram observadas uma série de reformas nas políticas públicas educacionais em nível nacional, alinhadas às diretrizes do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, por meio da "Declaração Mundial sobre Educação para Todos".

O objetivo dessas reformas era promover a universalização da educação e melhorar a qualidade do ensino sob uma perspectiva gerencial. Nesse contexto de Reforma do Estado e da Nova Gestão Pública, a organização e o processo de trabalho passaram a seguir um modelo empresarial, focando em eficiência, eficácia, qualidade quantitativa, racionalização econômica e instrumentalização.

Esses critérios, embasados no modelo gerencialista de gestão, foram incorporados nas políticas educacionais brasileiras, tais como: a) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (9.394/1996), b) avaliação externa (SAEB), c) FUNDEF (Financiamento para o Ensino Fundamental), d) redefinição curricular (competências e habilidades) com ênfase na formação utilitarista dos estudantes para o mercado de trabalho (Mesko e Piolli, 2015).

Com essas transformações no campo educacional, a educação passou a ser encarada como um serviço, um bem de consumo, sendo os pais e os alunos tratados como clientes. Dessa forma, a educação deixou de ser considerada um direito e passou a ser passível de taxas adicionais.

Sob a ótica neoliberal do mercado, argumentava-se que a cobrança de taxas impactaria diretamente na qualidade do ensino (Chaves, 2020). Constatou-se o recrudescimento de ideários pedagógicos cada vez mais alinhados às demandas das contínuas estruturações e reestruturação do capital, encontramos em Martins (2010, p.18) exemplos disso:

[...] sintetizados pelo que o autor denomina “neoprodutivismo” e suas vertentes, quais sejam, o “neoescolanovismo”, expresso nas pedagogias do “aprender a aprender”, o “neoconstrutivismo”, expresso na individualização da aprendizagem e na “pedagogia das competências”, e o “neotecnicismo”, expresso em princípios de administração e gestão da escola cada vez mais alinhados às normativas empresariais, a exemplo dos programas de “qualidade total”, cumprimento de metas quantitativistas, sistemáticas de avaliação do produto em detrimento do processo.

Complementando, Silva (2014) afirma que para produzir as condições necessárias de manutenção do capitalismo, os organismos multilaterais vinculados às grandes potências econômicas mundiais e aos agentes financeiros internacionais, passam a elaborar recomendações sobre políticas públicas, principalmente para os setores da educação e saúde dos países periféricos, difundindo-as por meio de conferências, documentos, relatórios e pesquisas, como estratégia de produção de consensos em torno de suas orientações. Assim, as políticas educacionais vêm expressando os antagonismos e as contradições do contexto social, histórico, político e econômico no qual se desenvolvem.

A partir dos anos 2000 no campo das políticas educacionais, ocorre o aprofundamento de esquemas gerenciais centrados em metas, resultados e responsabilização das escolas e de seus profissionais. A responsabilização se fará pela disseminação de esquemas de vigilância e punição que compreendem o financiamento e a bonificação atrelados às avaliações externas. São estratégias que promovem uma maior responsabilização dos profissionais da educação combinada com a desresponsabilização do Estado.

Essas práticas são concebidas com apoio do setor empresarial através de suas fundações, segmento este que vem aprofundando sua participação nas tomadas de decisões em termos de políticas públicas educacionais desde o surgimento do movimento “Todos pela Educação” em 2006 (Mesko e Piolli, 2015). Para os autores (Mesko e Piolli, 2015), com a aprovação do Plano Nacional da Educação, lei nº 13.005/2014 de 25 de junho de 2014, abriu-se e aprofundou-se de forma legalizada o campo da educação pública para os empresários da educação.

Nesse período, Goiás tem como representante e é governado a partir de 1999, por Marconi Ferreira Perillo Júnior, que exerceu quatro mandatos de governador no estado (1999 a 2002, 2003 a 2006, 2011 a 2014, e de 2015 a 2018).

No seu terceiro mandato (2011-2014), é encontrado o início de um processo de reforma educacional em Goiás. Acompanhando a tendência hegemônica das políticas educacionais dos organismos internacionais para a escola de países periféricos com base em orientações

neoliberais e economicistas, o Governo do Estado de Goiás, por meio da Secretaria Estadual de Educação, em parceria com uma das maiores consultorias de gestão empresarial no mundo a Bain & Company, apresenta o documento Pacto pela Educação: um futuro melhor exige mudanças (Silva, 2014).

Silva e Teixeira (2021) afirmam que o documento Pacto pela Educação contém diretrizes e orientações concernentes à gestão, ao currículo e ao processo de avaliação realizados na estrutura educacional do sistema estadual de ensino. Esse documento, então, institui uma nova perspectiva teórica responsável pela disseminação de procedimentos e parâmetros ligados aos princípios da responsabilização e da meritocracia na educação pública estadual.

Em sintonia com o Pacto pela Educação, ocorre um intenso processo de diversificação da oferta educacional com o sistema público articulado a convênios com a iniciativa privada, ocorrendo um processo simultâneo de alteração do padrão de gestão pública e de indução as parcerias.

No mesmo período, paralelamente com o processo de reforma educacional, é lançado o Programa Reconhecer, em 2011, que institui a política de bônus na estrutura do sistema estadual de ensino.

A intenção inicial descrita nas leis que definiram o pagamento de bônus de incentivo aos profissionais da educação era estimular o trabalho de regência de sala de aula e, por esse motivo, previa o pagamento de remuneração adicional aos professores e professoras da Educação Básica a partir do critério de assiduidade e de entrega quinzenal do plano de ensino.

Nos anos subsequentes à criação do bônus para o pagamento dos professores e das professoras, a Secretaria Estadual de Educação definiu para o grupo gestor da escola um índice de acompanhamento da gestão que incluiu, entre outros critérios, o controle do trabalho realizado pelos professores e professoras regentes e coordenadores e coordenadoras pedagógicos, em especial no que concerne à assiduidade e à entrega dos planos de aulas, além de definir como responsabilidade desse grupo, o lançamento da frequência dos profissionais da educação no sistema interno de controle da gestão escolar, aspectos considerados obrigatórios para o recebimento do bônus de incentivo salarial (Silva e Teixeira, 2021).

Especialmente quando se analisa os pilares da reforma educacional indicados no Pacto

pela Educação, o *site* da Seduc<sup>1</sup> descreve que:

O conjunto de iniciativas tem foco no aprendizado dos alunos e busca de forma definitiva mudar o futuro da nova geração de goianos. Foi estruturado em cinco pilares que contemplam os principais aspectos da educação escolar em 25 metas.

Conheça os cinco pilares: [...]

A - Valorizar e fortalecer o profissional da educação

B - Adotar práticas de ensino de alto impacto no aprendizado do aluno

C - Reduzir significativamente a desigualdade educacional

D - Estruturar sistema de reconhecimento e remuneração por mérito

E - Realizar profunda reforma na gestão e na infraestrutura da rede estadual de ensino (Goiás, s/d)

No pilar 4, evidencia-se o modelo americano de educação no qual Thiago Peixoto (então Secretário de Educação) se inspirou para idealizar a reforma da educação goiana, destaque para a premiação e bonificação tanto para professores e demais servidores administrativos quanto para os estudantes e escolas, promovendo o sentimento de competitividade e individualismo entre todos da comunidade escolar e de publicização da educação.

O Pacto Pela Educação apresenta como meta no 4º pilar estruturar o sistema de reconhecimento e remuneração por mérito. Dessa maneira, foi criado pela Secretaria de Estado e Educação o Programa Reconhecer que tinha como proposta na sua 17ª ação atribuir o bônus de desempenho aos servidores, apresentando um programa de avaliação presumidamente meritocrático, colocando sobre os professores a responsabilidade pelo bom desempenho dos alunos e sucesso da escola.

Esse sistema foi estabelecido inicialmente pela Lei nº17.402, de 06 de setembro de 2011. Conforme o texto da lei, no Artigo 1º,

[...] fica instituído, nos termos desta Lei, o Bônus de Estímulo à Regência, vantagem pecuniária a ser paga aos professores titulares de cargo efetivo do quadro do magistério público estadual, em função de regência de classe, na 1ª e 2ª Fases do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, e em exercício nas unidades escolares pertencentes à rede estadual de ensino. (Goiás, 2011, s/p)

Em 13 de julho de 2012, foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Goiás a Lei nº 17.735 que deu continuidade ao projeto de bonificação e, de acordo com o Artigo 1º, fica instituído

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao/pilares.asp> Acessado em julho de 2024.

o Bônus de Incentivo Educacional, vantagem pecuniária a ser paga no exercício de 2012 aos profissionais titulares de cargo efetivo dos quadros do magistério público e de agente administrativo educacional estadual, que desempenharem suas funções de acordo com os preceitos estabelecidos nesta Lei. (Goiás, 2012, s/p)

Desse modo, passaram a receber o bônus, os professores titulares de cargo efetivo do quadro do Magistério Público Estadual, em função de regência de classe, nas 1ª e 2ª Fases do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, os coordenadores pedagógicos, o grupo gestor da unidade escolar, que compreende o diretor, o vice-diretor e o secretário-geral. Como destaca Rosa (2018, p.245)

Ao constatar que milhares de professores estavam afastados das salas de aula, Thiago percebeu que seria preciso criar um incentivo para a atividade docente. Admitiu, então, rever o desenho do bônus: em vez de premiar quem tivesse bom desempenho, o pagamento extra seria dado a quem efetivamente dava aulas.

Os educadores poderiam receber um bônus de até R\$2.000,00 à época distribuído em duas parcelas semestrais, que visava incentivar a frequência e o comprometimento. Isso seria alcançado por meio da entrega pontual do plano de aula e sua validação no sistema da Secretaria da Educação com o argumento de que essa prática resultaria em resultados positivos na aprendizagem. (Pereira, 2022).

Ademais, a proposta inclui reintegrar um número considerável de professores que se encontravam exercendo funções diferentes de suas atribuições originais. Foi estabelecido para os coordenadores e tutores pedagógicos uma gratificação pela pontualidade e também pelo comparecimento na formação continuada ofertada pela SEDUCE e Superintendência de Gestão Pedagógica. O grupo gestor seria bonificado se cumprisse o calendário escolar e realizassem a execução das atividades dentro do prazo estabelecido pela Secretaria de Educação. (Pereira, 2022).

Para o recebimento do bônus, havia, portanto, uma auditoria constante para que não houvesse fraudes, conforme descreve o documento oficial. “Além disso, a Secretaria de Estado da Educação, realizou auditoria permanente para conferência dos dados. Caso seja constatada fraude em uma unidade educacional, todos os professores regentes dessa unidade perderão o direito à parcela semestral do bônus” (Goiás, 2012, p. 6).

Ressalta-se que o pilar 4 ainda previa as seguintes ações: 18- prêmio-escola; 19-

poupança aluno; 20- educadores do ano. Todas essas implementações contribuíram para a individualização do trabalho dos professores e cobrança para que as metas fossem cumpridas e assim pudessem receber o bônus.

E, diante, disso nota-se que a organização da Rede Estadual se resume em dois “focos”: gestão/resultados e aprendizagem. Sem minimizar a relevância desses elementos para o desenvolvimento dos processos escolares e para a formação humana dos estudantes, tais aspectos coadunam com o que Libâneo aponta ao afirmar que o diagnóstico de que a escola:

[...] tradicional está restrita a espaços e tempos precisos, sendo incapaz de adaptar-se a novos contextos e a diferentes momentos e de oferecer um conhecimento para toda a vida, operacional e prático. Além disso, o insucesso da escola tradicional decorreria de seu modo de funcionar, pois ela está organizada com base em conteúdos livrescos, exames e provas, reprovações e relações autoritárias. Busca-se, então, outro tipo de escola, abrindo espaços e tempos que venham atender às necessidades básicas de aprendizagem (reduzidas, como veremos adiante, a necessidades mínimas), tomadas como eixo do desenvolvimento humano (2012, p. 17).

O excerto nos remete a dois aspectos presentes nos documentos do Estado de Goiás: é preciso reinventar e modernizar a escola e focar na aprendizagem. Este processo de reforma educacional a partir de 2011 notadamente assume características do gerencialismo na educação e seus efeitos sobre o trabalho docente: competitividade, individualismo, responsabilização.

Além disso, o movimento de reordenamento da Rede Estadual de Educação de Goiás parece não levar em conta o caráter multidimensional dos processos de ensino-aprendizagem super potencializando os intervenientes internos à escola como os responsáveis pelos resultados da aprendizagem desconsiderando condições históricas, políticas, econômicas e sociais que conformam um projeto de educação e influenciam o projeto de escola vigente.

### **Considerações finais**

As pesquisas de iniciação científica permitiram historicizar o contexto do exercício do mandato estadual entre 2011-2014 em Goiás e sua interlocução com o gerencialismo como modelo de governança destacando o paralelismo das ações locais com aquilo que fora concebido como ideal pelos organismos internacionais. Neste contexto, dois documentos centrais foram produzidos pela Secretaria Estadual de Educação: Pacto pela Educação e Programa Reconhecer.

O Pacto pela Educação, ao anunciar os pilares sobre os quais deveriam ser construídos uma nova educação em Goiás, aponta – de forma indireta - para concepção de educação como resultado de uma gestão eficiente e de escola como espaço de aprendizagem.

O Programa Reconhecer – ao “premiar” os docentes pela produtividade – acirra a competitividade, o controle externo do trabalho docente apontando para a perda da autonomia e a descaracterização do ofício do professor.

Diante disso, por meio da pesquisa documental, percebe-se um discurso de eficiência, melhoria da qualidade e valorização profissional e contraditoriamente são engendrados expedientes de avaliação externa, ranqueamento, premiação, responsabilização. Estes resultados indicam a necessidade do aprofundamento dos estudos neste campo bem como ampliar o recorte temporal de modo a perceber as (des)continuidades desse reordenamento na Rede Estadual de Goiás após a instauração de um “Tempo Novo” iniciado em 2011, com um dos mandatos de Marconi Perillo.

## Referências

CHAVES, Soraia Rodrigues. **“Tempo novo”**: implementação de uma agenda neoliberal na política educacional de goiás na década de 2000. 2020. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2020.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Pacto pela Educação**: um futuro melhor exige mudanças. 2011. Disponível em: <<http://www.seduc.go.gov.br/especiais/pactopelaeducacao>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GOIÁS. Programa Reconhecer. SEDUCE, 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnmbpcajpcgclefindmkaj/<https://www.educacao.go.gov.br/imprensa/documentos/Arquivos/20%20-%20Projeto%20Reconhecer/Cartilha%20Reconhecer%202013.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Lígia Márcia. O legado do século XX para a formação de professores. In: MARTINS, Lígia Márcia, DUARTE, Newton, orgs. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.13-31.

MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues; PIOLLI, Evaldo. (Des)caminhos da educação

pública no Brasil. ETD -Educação Temática Digital, v.17, n.3, p.463-470, 2015.

PEREIRA, Mariza Almeida Rosa. **Avaliações de desempenho:** implicações no trabalho docente na rede pública estadual de Goiás. 2022.118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2022.

ROSA, Demétrio Weber. Uma reforma sem “reinventar a roda” O projeto de transformação que passou por cima de professores e diretores em Goiás. In: DALMON, Danilo Leite; SIQUEIRA Caetano; BRAGA, Felipe Michel (Org.). **Políticas educacionais no Brasil:** o que podemos aprender com casos reais de implementação? São Paulo: Edições SM, 2018.

SILVA, Simonia Peres da. **O processo de implementação das políticas educacionais e repercussões nas formas de gestão da escola e no processo de ensino-aprendizagem:** O pacto pela educação em Goiás. 2014. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

SILVA, Luís Gustavo Alexandre; TEIXEIRA, Ricardo Antônio Gonçalves. Reforma educacional no sistema estadual de ensino: do enfraquecimento dos princípios democráticos às contradições na gestão dos processos educativos na escola pública em Goiás. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** [online], vol. 37, n.3, p.1181-1198, 2021.